

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de Secretário de Diligências

Caderno de Prova, Cargo P13, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

PROVA
Conhecimentos Específicos Língua Portuguesa Informática

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Junho/2008

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Sobre as entidades da Administração indireta, considere:
- I. Pessoa jurídica de Direito Público, criada por lei, com capacidade de auto-administração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.
- II. Pessoa jurídica de Direito Privado, autorizada por lei e constituída mediante qualquer das formas societárias admitidas em direito.

Os conceitos acima referem-se, respectivamente, a

- (A) fundação pública e sociedade de economia mista.
- (B) autarquia e empresa pública.
- (C) autarquia e fundação.
- (D) empresa pública e fundação de direito privado.
- (E) sociedade de economia mista e autarquia.

2. Sobre o poder de polícia é correto afirmar:
- (A) A extensão do poder de polícia é restrito, limitando-se à segurança pública.
 - (B) O objeto do poder de polícia é todo bem, direito ou atividade individual que possa afetar a coletividade ou pôr em risco a segurança nacional.
 - (C) No conceito de proteção ao interesse público, que é a finalidade do poder de polícia, não se incluem os valores morais.
 - (D) Em respeito às garantias constitucionais de liberdade de pensamento e de manifestação, a Administração, no exercício do poder de polícia, não pode conter atividades particulares anti-sociais.
 - (E) Discricionariedade e auto-executoriedade não são atributos do poder de polícia.

3. Nos termos da lei, constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito
- (A) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
 - (B) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
 - (C) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
 - (D) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
 - (E) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

4. A Lei de Responsabilidade Fiscal NÃO se aplica
- (A) ao Tribunal de Contas da União.
 - (B) ao Ministério Público da União.
 - (C) às Organizações Não Governamentais.
 - (D) ao Distrito Federal.
 - (E) ao Poder Judiciário.
5. De acordo com a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul, incluem-se dentre os órgãos de execução:
- (A) as Procuradorias e as Promotorias de Justiça.
 - (B) as Promotorias de Justiça e os Centros de Apoio Operacional.
 - (C) o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e as Procuradorias de Justiça.
 - (D) a Corregedoria-Geral do Ministério Público e as Promotorias de Justiça.
 - (E) o Conselho Superior do Ministério Público e os Procuradores de Justiça.
6. Nos termos da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul, compete ao Subprocurador-Geral de Justiça para assuntos Jurídicos, dentre outras atribuições,
- (A) coordenar os serviços da Assessoria.
 - (B) executar a política administrativa da instituição.
 - (C) elaborar anteprojetos de lei sobre matéria de interesse do Ministério Público, acompanhando sua tramitação.
 - (D) promover a cooperação entre o Ministério Público e as entidades envolvidas com a atividade criminal e não-criminal.
 - (E) coordenar a elaboração da proposta orçamentária do Ministério Público e encaminhá-la ao Procurador-Geral.
7. O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por 14 membros, dentre os quais se incluem:
- (A) dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, ambos indicados pela Câmara dos Deputados.
 - (B) cinco membros dos Ministérios Públicos dos Estados.
 - (C) dois juízes indicados, um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) cinco membros do Ministério Público da União.
 - (E) três advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

<p>8. De conformidade com as disposições do Estatuto dos Membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul, NÃO é vedado aos Promotores e Procuradores de Justiça</p> <p>(A) exercer, cumulativamente, uma função pública de magistério.</p> <p>(B) exercer a advocacia.</p> <p>(C) exercer atividade político-partidária.</p> <p>(D) receber custas processuais dos processos em que atuam.</p> <p>(E) exercer função de gerência em apenas uma empresa comercial, desde que compatível o horário com a sua atividade no Ministério Público.</p>	<p>12. De conformidade com a Lei de Licitações, NÃO se inclui entre as cláusulas necessárias do contrato administrativo, a que</p> <p>(A) possibilita a redução ou ampliação do objeto do contrato.</p> <p>(B) estabelece o objeto e seus elementos característicos.</p> <p>(C) dispõe sobre o regime de execução ou a forma de fornecimento.</p> <p>(D) trata dos casos de rescisão.</p> <p>(E) prevê as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso.</p>
<p>9. Para fins de realização de audiência pública como fase do processo licitatório, exigida pela Lei de Licitações, considere:</p> <p>I. Licitações com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a trinta dias.</p> <p>II. Licitações com objetos similares em que o edital subsequente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente.</p> <p>Esses conceitos referem-se, respectivamente, a licitações</p> <p>(A) consecutivas e seqüenciais.</p> <p>(B) seqüenciais e precedentes.</p> <p>(C) fragmentadas e permanentes.</p> <p>(D) simultâneas e consecutivas.</p> <p>(E) simultâneas e fragmentadas.</p>	<p>13. A lei que estabelecer o Plano Plurianual terá vigência</p> <p>(A) de apenas dois anos, devendo ser elaborada no primeiro e no terceiro exercícios financeiros.</p> <p>(B) até o primeiro exercício financeiro do mandato subsequente àquele em que foi elaborado.</p> <p>(C) de cinco anos, devendo ser elaborada no último ano de cada mandato.</p> <p>(D) de três anos, devendo ser elaborada no primeiro ano do mandato, para entrar em vigor no segundo ano.</p> <p>(E) até o último exercício financeiro do mandato em que for elaborada.</p>
<p>10. Ao dispor que a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite deve realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle, a Lei de Licitações está se referindo ao princípio</p> <p>(A) da legalidade.</p> <p>(B) da moralidade.</p> <p>(C) da igualdade.</p> <p>(D) do julgamento objetivo.</p> <p>(E) da impessoalidade.</p>	<p>14. De acordo com a lei que estatuí normas de direito financeiro para elaboração e controle do orçamento, para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a</p> <p>(A) um ano.</p> <p>(B) quatro meses.</p> <p>(C) dezoito meses.</p> <p>(D) seis meses.</p> <p>(E) dois anos.</p>
<p>11. Quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total, estamos diante de um regime de contratação indireta, a que a Lei de Licitações denomina</p> <p>(A) empreitada por preço unitário.</p> <p>(B) empreitada por preço global.</p> <p>(C) tarefa.</p> <p>(D) empreitada integral.</p> <p>(E) administração contratada.</p>	<p>15. Referente ao pagamento da despesa é correto afirmar que:</p> <p>(A) Pressupõe o despacho da autoridade competente e só será efetuado após a sua regular liquidação.</p> <p>(B) Independe de despacho autorizativo.</p> <p>(C) Depende de despacho da autoridade competente e de ratificação pelo Secretário da Fazenda.</p> <p>(D) Pode ser feito antes da sua liquidação, desde que dentro do exercício financeiro em que foi realizada a despesa.</p> <p>(E) Independe de previsão orçamentária quando feito em razão de sentença judicial.</p> <p>16. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, os valores dos contratos com terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como</p> <p>(A) contratos de terceirização.</p> <p>(B) despesas de terceiros.</p> <p>(C) outras despesas de pessoal.</p> <p>(D) prestação de serviços.</p> <p>(E) fornecimento de mão de obra.</p>

<p>17. Considere as seguintes assertivas a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos:</p> <p>I. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou, por determinação judicial até às 22:00h.</p> <p>II. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.</p> <p>III. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.</p> <p>IV. Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV. (B) I e II. (C) II e IV. (D) I, II e III. (E) I e III.</p>	<p>21. De acordo com a Lei nº 8.625/93, compete ao Procurador-Geral de Justiça</p> <p>(A) julgar recurso contra decisão proferida em reclamação sobre o quadro geral de antigüidade.</p> <p>(B) eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público.</p> <p>(C) julgar recurso contra decisão de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público.</p> <p>(D) decidir sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar.</p> <p>(E) encaminhar ao Poder Legislativo os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público.</p>
<p>18. Compete privativamente à União, dentre outros, legislar sobre</p> <p>(A) educação, cultura, ensino e desporto. (B) orçamento. (C) custas dos serviços forenses. (D) direito processual. (E) assistência jurídica e Defensoria Pública.</p>	<p>22. De acordo com a Lei nº 8.625/93, o Conselho Superior do Ministério Público terá como membro(s) nato(s), APENAS</p> <p>(A) o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público.</p> <p>(B) o Procurador-Geral de Justiça.</p> <p>(C) o Corregedor-Geral do Ministério Público.</p> <p>(D) os Procuradores de Justiça.</p> <p>(E) os Promotores de Justiça.</p>
<p>19. A competência para processar e julgar os membros do Conselho Nacional do Ministério Público nos crimes de responsabilidade é</p> <p>(A) exclusiva do Congresso Nacional. (B) concorrente entre o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados. (C) concorrente entre o Senado Federal e o Congresso Nacional. (D) privativa do Senado Federal. (E) privativa da Câmara dos Deputados.</p>	<p>23. João, Servidor Público Civil do Estado do Rio Grande do Sul aposentado por invalidez, retornou à atividade, uma vez que, uma junta médica oficial, verificou a insubsistência dos motivos determinantes de sua aposentadoria. Neste caso, ocorreu</p> <p>(A) reversão. (B) reintegração. (C) aproveitamento. (D) readaptação. (E) recondução.</p>
<p>20. De acordo com a Constituição Federal brasileira, os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal formarão lista triplíce dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do</p> <p>(A) Poder Judiciário, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. (B) Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. (C) Poder Executivo, para mandato de três anos, vedada a recondução. (D) Poder Judiciário, para mandato de três anos, vedada a recondução. (E) Poder Legislativo, para mandato de três anos, vedada a recondução.</p>	<p>24. De acordo com a Lei Estadual nº 6.536/73, NÃO é vedada a nomeação, no âmbito do Ministério Público, para os cargos em comissão do Quadro de Cargos em Comissão de</p> <p>(A) parentes afins de primeiro grau de Procuradores de Justiça e de Promotores de Justiça.</p> <p>(B) cônjuges ou companheiros de Procuradores de Justiça e de Promotores de Justiça.</p> <p>(C) parentes consangüíneos de terceiro grau de Procuradores de Justiça e de Promotores de Justiça.</p> <p>(D) parentes afins de segundo grau de Procuradores de Justiça e de Promotores de Justiça.</p> <p>(E) filhos por adoção de Procuradores de Justiça e de Promotores de Justiça.</p>

<p>25. Tendo em conta o Princípio da Reserva Legal, é correto afirmar que</p> <p>(A) é lícita a aplicação de pena não prevista em lei se o fato praticado pelo agente for definido como crime no tipo penal.</p> <p>(B) o juiz pode fixar a pena a ser aplicada ao autor do delito acima do máximo previsto em lei, aplicando os costumes vigentes na localidade em que ocorreu.</p> <p>(C) é vedado o uso da analogia para punir o autor de um fato não previsto em lei como crime, mesmo sendo semelhante a outro por ela definido.</p> <p>(D) fica ao arbítrio do juiz determinar a abrangência do preceito primário da norma incriminadora se a descrição do fato delituoso na norma penal for vaga e indeterminada.</p> <p>(E) o juiz tem o poder de impor sanção penal ao autor de um fato não descrito como crime na lei penal, se esse fato for imoral, anti-social ou danoso à sociedade.</p>	<p>30. Tício praticou um delito, foi processado e condenado. Um dia após o trânsito em julgado da sentença condenatória, uma lei nova, mantendo a mesma descrição do fato delituoso, modificou a pena cominada para esse delito. Nesse caso,</p> <p>(A) aplica-se sempre a lei nova, se o agente ainda não tiver cumprido a pena imposta.</p> <p>(B) não se aplica a lei nova, por já ter ocorrido o trânsito em julgado da sentença.</p> <p>(C) aplica-se a lei nova, ainda que imponha sanção mais severa.</p> <p>(D) aplica-se a lei nova, se for mais benéfica ao autor do delito.</p> <p>(E) não se aplica a lei nova em razão do princípio constitucional da anterioridade da lei penal.</p>
<p>26. Quem, supondo por erro plenamente justificável pelas circunstâncias, que está sendo injustamente agredido, repele moderadamente e usando dos meios necessários a suposta agressão, age</p> <p>(A) em legítima defesa putativa.</p> <p>(B) em estado de necessidade.</p> <p>(C) em estado de necessidade putativo.</p> <p>(D) no exercício regular de um direito.</p> <p>(E) no estrito cumprimento de um dever legal.</p>	<p>31. No que concerne aos delitos de falsidade documental, NÃO se equiparam ao documento público</p> <p>(A) os títulos ao portador.</p> <p>(B) as declarações assinadas por particular com firma reconhecida.</p> <p>(C) os testamentos particulares.</p> <p>(D) os títulos transmissíveis por endosso.</p> <p>(E) os livros mercantis.</p>
<p>27. Paulo, policial de trânsito, encontrava-se em gozo de férias e observou um veículo parado em local proibido. Abordou o motorista, de quem, declinando sua função, solicitou a quantia de R\$ 50,00 para não lavrar a multa relativa à infração cometida. Nesse caso Paulo</p> <p>(A) responderá pelo delito de concussão.</p> <p>(B) responderá pelo delito de corrupção ativa.</p> <p>(C) responderá pelo delito de corrupção passiva.</p> <p>(D) não responderá por nenhum delito porque estava de férias.</p> <p>(E) responderá pelo delito de prevaricação.</p>	<p>32. Paulo resolveu suicidar-se. Pedro forneceu-lhe veneno. Paulo contratou João para, sabendo tratar-se de veneno, injetar-lhe a referida substância, que ocasionou-lhe a morte. Nesse caso,</p> <p>(A) Pedro responderá por homicídio e João por auxílio a suicídio.</p> <p>(B) Pedro e João responderão por homicídio.</p> <p>(C) Pedro e João responderão por auxílio a suicídio.</p> <p>(D) Pedro não responderá por nenhum crime e João por auxílio a suicídio.</p> <p>(E) Pedro responderá por auxílio a suicídio e João por homicídio.</p>
<p>28. Um policial, durante a ronda noturna, subtraiu para si o toca-fitas de um veículo que estava estacionado na via pública. Nesse caso o policial responderá pelo crime de</p> <p>(A) furto.</p> <p>(B) peculato doloso.</p> <p>(C) apropriação indébita.</p> <p>(D) peculato culposo.</p> <p>(E) prevaricação.</p>	<p>33. Segundo as normas preconizadas no Código Civil brasileiro, NÃO se presumem concebidos na constância do casamento os filhos</p> <p>(A) havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.</p> <p>(B) nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.</p> <p>(C) nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento.</p> <p>(D) havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.</p> <p>(E) havidos por inseminação artificial heteróloga, independentemente de prévia autorização do marido.</p>
<p>29. A pena de prestação de serviços à comunidade NÃO será convertida em privativa de liberdade se o condenado</p> <p>(A) sofrer condenação por outro crime à pena privativa de liberdade, cuja execução não tenha sido suspensa.</p> <p>(B) não for encontrado por estar em lugar incerto e não sabido.</p> <p>(C) praticar falta grave.</p> <p>(D) recusar-se, justificadamente, a prestar o serviço que lhe foi imposto.</p> <p>(E) desatender a intimação por edital.</p>	

<p>34. Considere as seguintes assertivas a respeito do reconhecimento dos filhos:</p> <p>I. Quando a maternidade constar do termo do nascimento do filho, a mãe só poderá contestá-la provando a falsidade do termo, ou das declarações nele contidas.</p> <p>II. O filho maior pode ser reconhecido sem o seu consentimento, desde que esse reconhecimento se faça por escritura pública.</p> <p>III. O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento.</p> <p>De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III. (B) I e III. (C) II e III. (D) I e II. (E) II.</p>	<p>38. De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação ao domicílio é certo que</p> <p>(A) ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde tiver nascido.</p> <p>(B) se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu o lugar onde residem seus ascendentes.</p> <p>(C) o domicílio do marítimo é a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.</p> <p>(D) tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.</p> <p>(E) se a pessoa natural exercitar profissão em lugares diversos, será considerado domicílio o local onde estiver situada a sede da empresa empregadora.</p>
<p>35. De acordo com o Código Civil brasileiro, a adoção de maiores de dezoito anos</p> <p>(A) dependerá da assistência efetiva do Poder Público e de sentença constitutiva.</p> <p>(B) não dependerá da assistência efetiva do Poder Público, mas deverá ser realizada por escritura pública.</p> <p>(C) não dependerá da assistência efetiva do Poder Público e poderá ser realizada por escritura pública ou particular.</p> <p>(D) dependerá da assistência efetiva do Poder Público, mas não necessita de sentença constitutiva, podendo ser realizada por escritura pública.</p> <p>(E) dependerá da assistência efetiva do Poder Público, mas não necessita de sentença constitutiva, podendo ser realizada por escritura particular.</p>	<p>39. A respeito da obrigação de indenizar, considere:</p> <p>I. Os donos de estabelecimentos onde se albergue por dinheiro para fins de educação são responsáveis pelos seus educandos.</p> <p>II. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.</p> <p>III. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.</p> <p>De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III. (B) I e III. (C) II e III. (D) I e II. (E) I.</p>
<p>36. Mário tem 5 anos e é filho de Joana e de André. Gilberto, irmão de Joana, pretende viajar para Gramado-RS, com seu sobrinho sem a companhia de sua irmã e de seu marido André. Considerando que Gilberto possui 30 anos de idade e que todos residem em Porto Alegre, para essa viagem Gilberto</p> <p>(A) não precisará de expressa autorização judicial, não havendo, também necessidade de comprovação documental do parentesco.</p> <p>(B) precisará de expressa autorização judicial, havendo dispositivo legal neste sentido.</p> <p>(C) não precisará de expressa autorização judicial, desde que comprove documentalente o parentesco.</p> <p>(D) precisará de expressa autorização judicial ou de autorização dos pais mediante escritura pública.</p> <p>(E) precisará de expressa autorização judicial ou de autorização de Joana mediante escritura pública.</p>	<p>40. De acordo com o Código Civil brasileiro, cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade. O parentesco por afinidade limita-se aos</p> <p>(A) ascendentes, aos descendentes, aos irmãos e sobrinhos do cônjuge ou companheiro.</p> <p>(B) ascendentes do cônjuge ou companheiro, apenas.</p> <p>(C) descendentes do cônjuge ou companheiro, apenas.</p> <p>(D) ascendentes e aos descendentes do cônjuge ou companheiro, apenas.</p> <p>(E) ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.</p>
<p>37. Considera-se criança, para os efeitos das normas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa até</p> <p>(A) doze anos de idade incompletos. (B) doze anos de idade completos. (C) treze anos de idade incompletos. (D) treze anos de idade completos. (E) quatorze anos de idade incompletos.</p>	

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 41 a 50 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Voluntário

O velho gaúcho foi ajudar, no posto mais próximo do hotel em que se hospedara, o serviço de assistência aos desabrigados pelo temporal. Ninguém lhe dá a idade que tem, ao vê-lo caminhar despenhado, botar colchão na cabeça, carregar dois meninos ao mesmo tempo, inclinar-se até o ladrilho, reassumir a postura erecta sem estalo nas juntas. Só que não se apressa e, quando um mais afobado desanda a correr pelo pátio ou a gritar ordens, aconselha por baixo da bigodeira branca:

– Eh lá, não te apures que é lançante.

E se o outro não entende:

– Devagar pelas pedras, amigo!

Está sempre recomendando calma e jeito; bota a mão no ombro do voluntário insofrido e diz-lhe, olhos nos olhos:

– Não guasqueies sem precisão nem grites sem ocasião, homem!

O outro, surpreso, ia queimar-se, mas o rosto claro e amical do velho o desarma. Ainda assim, pergunta:

– Mas por quê?

– Porque senão te abombachas no banhado, chê!

Como tem prática de campo e prática de cidade, prática de enchente, de seca, de incêndio, de rodeio, de eleição, de repressão a contrabando e prática de guerra (autobiografia oral), propõe, de saída, a divisão dos serviços em setores bem caracterizados:

– Pois não sabes que tropa grande se corta em mais de um lote pra que vá mais ligeiro?

Ajuda mesmo, em vez de atrapalhar, e procura impedir que outros atrapalhem, o que às vezes aumenta um pouco a atrapalhação, mas tudo se resolve com bom humor. Vendo o rapazinho imberbe que queria tomar a si o caso de uma família inteira, que perdera tudo, afasta-o de leve, explicando:

– Isto não é cancha pra cavalo de tiro curto.

Nomeia o rapazinho seu ajudante-de-ordens, e daí a pouco a família sente que, depois de tudo perder, achara uma coisa nova: proteção e confiança.

Anima a uns e outros, não quer ver ninguém triste demais da conta. Suspende no ar o garotinho que não fala nem chora, porque ficou idiotizado de terror, puxa-lhe o queixo, dá-lhe uma pancadinha no traseiro, e diz-lhe:

– Estás que nem carancho em tronqueira, piazität! Toma lá este regalo.

O regalo é um relóginho de pulso, de carregação, que ele saca do bolso da calça como se fosse mágico – e é capaz de tirar outros, se aparecerem mais garotos infelizes.

[...]

(Carlos Drummond de Andrade. **Prosa seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. único, 2003, p.570-571)

41. *Como tem prática de campo ... e prática de guerra (autobiografia oral)*

O comentário isolado por parênteses pressupõe que

- (A) a enumeração dos possíveis atributos é feita pela própria personagem.
- (B) as informações apresentadas no texto são aleatórias e desnecessárias.
- (C) a retificação é importante para esclarecer o que se afirma em todo o parágrafo.
- (D) sua inclusão contradiz a caracterização da personagem, constante do 1º parágrafo.
- (E) as qualidades referidas devem ser exigidas de voluntários em situações de emergência.

42. *... no posto mais próximo do hotel em que se hospedara ...*

O emprego da forma verbal grifada acima indica

- (A) ação habitual e repetitiva.
- (B) incerteza em relação a uma situação futura.
- (C) ação passada, anterior a outra, também no passado.
- (D) fato realizável, a depender de outro, posterior ao primeiro.
- (E) fato passado e terminado em um momento específico.

43. *... puxa-lhe o queixo, dá-lhe uma pancadinha no traseiro, e diz-lhe...*

Considerando-se os pronomes grifados acima, está correto o que se afirma em:

- (A) Os três são exemplos de pronomes pessoais átonos de 3ª pessoa, empregados com idêntica função sintática.
- (B) O antecedente comum a todos os três pronomes é *ninguém triste demais da conta*.
- (C) Nos dois últimos exemplos, identifica-se função sintática idêntica dos pronomes.
- (D) Nos dois primeiros exemplos, os pronomes estão empregados como possessivos, diferentemente do último, empregado como pronome pessoal.
- (E) Nos dois últimos exemplos, os pronomes referem-se ao *garotinho que não fala nem chora* e, no primeiro, ao *velho gaúcho*.

<p>44. <i>Só que não se apressa e ... aconselha ...</i></p> <p>Observe o uso da palavra só nas frases seguintes:</p> <p>I. Só ele não se apressa e aconselha ...</p> <p>II. Ele não só se apressa mas aconselha ...</p> <p>III. Ele não se apressa só, conquanto aconselhe ...</p> <p>Com as alterações havidas na frase original do texto, houve também alteração de sentido</p> <p>(A) apenas em I. (B) apenas em III. (C) apenas em I e II. (D) apenas em II e III. (E) em I, II e III.</p>	<p>48. Está INCORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) O título – Voluntário – atribuído à crônica permite ao leitor uma idéia antecipada do desenvolvimento do texto.</p> <p>(B) <i>Proteção e confiança</i>, termos que caracterizam as atitudes do velho gaúcho, podem sintetizar corretamente a idéia central do texto.</p> <p>(C) As falas da personagem principal da narrativa, expressas em 2ª pessoa, garantem a coerência de todo o texto.</p> <p>(D) O discurso direto que aparece em toda a narrativa, caracterizando os diálogos, constitui um dos recursos coesivos do texto.</p> <p>(E) As palavras empregadas no diminutivo - <i>rapazinho, garotinho, piaquito</i> – servem de contraponto à presunção autoritária de uma pessoa mais velha e experiente.</p>
<p>45. <u>Suspende no ar o garotinho ...</u></p> <p>O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:</p> <p>(A) ... <i>bota a mão no ombro do voluntário insofrido</i> ... (B) ... <i>pra que vá mais ligeiro?</i> (C) ... <i>porque ficou idiotizado de terror</i> ... (D) <i>O regalo é um relógio de pulso</i> ... (E) ... <i>como se fosse mágico.</i></p>	<p>49. – <i>Não guasqueies sem precisão nem grites sem ocasião, homem!</i></p> <p>Considerando-se a frase transcrita acima, a afirmativa que NÃO está de acordo é:</p> <p>(A) Os dois segmentos que a compõem apresentam paralelismo sintático, comum em ditos populares.</p> <p>(B) O sentido que ela transmite retoma o que foi dito anteriormente em <i>Está sempre recomendando calma e jeito.</i></p> <p>(C) O emprego do ponto de exclamação introduz vivacidade na narrativa e acentua a autoridade, baseada na experiência, do <i>velho gaúcho.</i></p> <p>(D) O cronista se serve de um dito popular incluso na narrativa para justificar seu ponto de vista pessoal.</p> <p>(E) Ambos os verbos estão flexionados no imperativo negativo, configurando-se aconselhamento, de acordo com o contexto.</p>
<p>46. <i>O velho gaúcho foi ajudar, no posto mais próximo do hotel em que se hospedara, o serviço de assistência aos desabrigados pelo temporal.</i></p> <p>A função sintática do termo grifado acima é a mesma do termo, também grifado, da frase:</p> <p>(A) ... <i>quando um mais afobado desanda a correr pelo pátio</i> ...</p> <p>(B) <i>Como tem prática de campo e prática de cidade ... de repressão a contrabando</i> ...</p> <p>(C) ... <i>propõe, de saída, a divisão dos serviços em setores bem caracterizados</i> ...</p> <p>(D) ... <i>mas tudo se resolve com bom humor.</i></p> <p>(E) <i>Nomeia o rapazinho seu ajudante-de-ordens</i> ...</p>	<p>50. <i>Vendo o rapazinho imberbe que queria tomar a si o caso de uma família inteira, que perdera tudo, afasta-o de leve, explicando:</i> – <i>Isto não é cancha pra cavalo de tiro curto.</i></p> <p>Em outras palavras e com transformação de estruturas, o sentido do segmento transcrito acima encontra-se corretamente reproduzido, com clareza, em:</p> <p>(A) Com pouco fôlego, vendo que o juvenzinho queria ser o responsável pelo caso de uma família inteira, ao perder tudo, afasta todos de leve, e explica que aquilo não é trabalho pra cavalo de tiro curto.</p> <p>(B) Afastando todos de leve e explicando: – Isto não é cancha pra cavalo de tiro curto, foi o juvenzinho que queria resolver sozinho toda uma família, que tinha perdido tudo naquele caso.</p> <p>(C) Quando viu o rapaz ainda novo pretendendo auxiliar sozinho toda uma família que havia perdido tudo, afastou-o com delicadeza, explicando-lhe que aquilo não era coisa para pessoas inexperientes.</p> <p>(D) Que isto não é coisa pra gente pouco sabida, foi o que ele disse vendo o rapaz novinho que queria resolver todo o caso de uma família que, ao perder tudo, afastou-o com tal explicação.</p> <p>(E) Enquanto via um rapazinho no caso de uma família inteira, que perdeu tudo, querendo resolvê-la sozinho, afasta-o brevemente, explicando que isto não é pra gente de pouco fôlego.</p>
<p>47. Percebe-se intenção irônica do autor em:</p> <p>(A) <i>Só que não se apressa e, quando um mais afobado desanda a correr pelo pátio ou a gritar ordens, aconselha por baixo da bigodeira branca ...</i></p> <p>(B) <i>Como tem prática de campo e prática de cidade, prática de enchente, de seca, de incêndio, de rodeio, de eleição, de repressão a contrabando e prática de guerra (autobiografia oral) ...</i></p> <p>(C) – <i>Pois não sabes que tropa grande se corta em mais de um lote pra que vá mais ligeiro?</i></p> <p>(D) <i>Nomeia o rapazinho seu ajudante-de-ordens, e daí a pouco a família sente que, depois de tudo perder, achara uma coisa nova: proteção e confiança.</i></p> <p>(E) <i>Anima a uns e outros, não quer ver ninguém triste demais da conta.</i></p>	

Informática

51. O sistema operacional Windows XP utiliza um sistema de armazenamento por meio de interfaces gráficas de usuário baseado em

- (A) arquivos e pastas, contendo nestas últimas apenas tipos específicos de arquivos.
- (B) arquivos e pastas, contendo nestas últimas diferentes tipos de arquivos e outras pastas adicionais.
- (C) arquivos e pastas, contendo necessariamente nestas últimas outras pastas adicionais com diferentes tipos de arquivos.
- (D) arquivos, contendo diferentes tipos de pastas, tipos específicos de arquivos e outras pastas adicionais.
- (E) arquivos, contendo diferentes tipos de pastas e outros tipos específicos de arquivos com pastas adicionais.

52. A comunicação de um determinado modelo de impressora com o sistema operacional Windows XP é possibilitada por um programa denominado

- (A) IRQ.
- (B) DMA.
- (C) *modem*.
- (D) *cache*.
- (E) *driver*.

53. Uma única página de um documento Word, cujo *layout* seja composto de três partes: na primeira duas colunas, na segunda uma coluna e na terceira duas colunas, pode ser obtida com a

- (A) inserção de duas quebras de seção contínua, sendo, a primeira seção formatada com duas colunas, a segunda com uma coluna e a terceira com duas colunas.
- (B) inserção de três quebras de seção contínua, sendo, a primeira seção formatada com duas colunas, a segunda com uma coluna e a terceira com duas colunas.
- (C) inserção de quatro quebras de seção contínua, sendo, duas quebras verticais e duas quebras horizontais.
- (D) formatação de três colunas, sendo, a primeira coluna com inserção de duas seções, a segunda com uma seção e a terceira com duas seções.
- (E) formatação de cinco colunas, sendo, quatro colunas verticais e uma coluna horizontal.

54. Para exibir simultaneamente duas partes não contínuas de um mesmo documento Word, em uma única janela, pode-se utilizar a opção

- (A) Estrutura de tópicos no menu Exibir.
- (B) Dividir do menu Exibir.
- (C) Quebra no menu Exibir.
- (D) Dividir do menu Janela.
- (E) Quebra no menu Janela.

55. Os símbolos de moeda e as vírgulas decimais serão exibidos de forma alinhada dentro de uma coluna da planilha Excel se esta estiver assinalada com o formato

- (A) Científico.
- (B) Contábil.
- (C) Especial.
- (D) Moeda.
- (E) Número.

56. O critério de comparação para pesquisar qualquer caractere único no conjunto de dados de uma planilha Excel, por meio de filtro, utiliza o curinga

- (A) * (asterisco)
- (B) ~ (til)
- (C) ? (interrogação)
- (D) ~*
- (E) ~?

57. As anotações sobre um *slide* do *PowerPoint* podem ser digitadas por meio do painel de anotações no modo de exibição

- (A) de apresentação de *slides*.
- (B) de classificação de *slides*.
- (C) de anotações.
- (D) mestre.
- (E) normal.

58. Escolhido um determinado layout do folheto mestre no *PowerPoint*, podem ser alterados os espaços reservados para

- (A) os *slides*, apenas.
- (B) as anotações, apenas.
- (C) os cabeçalhos e os rodapés, apenas.
- (D) os *slides* e as anotações, apenas.
- (E) os *slides*, as anotações, os cabeçalhos e os rodapés.

59. O método que permite a comunicação entre computadores servidor e cliente da Internet para possibilitar a transferência de páginas Web denomina-se

- (A) http.
- (B) html.
- (C) url.
- (D) www.
- (E) *browser*.

60. Programas do tipo *malware* que buscam se esconder dos programas de segurança e assegurar a sua presença em um computador comprometido são os

- (A) *backdoors*.
- (B) *adwares*.
- (C) *spywares*.
- (D) *rootkits*.
- (E) *botnets*.